

Dois anos de Governo Lula: resultados e alternativas às políticas econômicas adotadas

Ricardo Dathein*

Professor Adjunto do Departamento de Ciências Econômicas da UFRGS.

Resumo

Neste artigo, avaliam-se o desempenho e a política econômica dos primeiros dois anos do Governo Lula. Parte-se da análise de resultados econômicos e da “performance” fiscal do setor público. Discute-se, de outra parte, a participação do Estado, enquanto investidor e planejador, na definição dos rumos econômicos do País. Examinam-se também alternativas de políticas econômicas, contrapostas à estratégia liberal adotada pelo Governo. Defende-se a idéia de que o Estado deverá recuperar um papel fundamental para a geração de um desenvolvimento sustentável com inclusão social. Por fim, contesta-se o dogmatismo liberal radical da equipe econômica, segundo a qual a macroeconomia é uma questão a ser resolvida tecnocraticamente, enquanto o crescimento econômico será alcançado via mercado.

Palavras-chave

Políticas econômicas; desenvolvimento e Estado; Governo Lula.

Abstract

The article evaluates the performance and the economic policy of the first two years of the Lula Government. The paper breaks of an analysis of the economic results and the fiscal performance of the public sector. The text also argued the participation of the State, while investing and planning, in the definition of the

* E-mail: ricardo.dathein@ufrgs.br

economic courses of the country. It is also examined alternatives of economic policies, opposed to the liberal strategy adopted by the Government. It is defended the idea that the State will have to recover a basic paper for the generation of a sustainable development with social inclusion. Finally, the article contest the radical liberal dogmatism of the economic team, which says that macroeconomics is a question to be solved by technocratic means, while the economic growth will be reached through market.

Artigo recebido em 21 mar. 2005.

1 - Introdução

O mercado funciona! Todos concordam com isso. Para a esquerda, por vezes, ele funciona bem, por vezes, mal, normalmente concentrando renda, e, em países com as características estruturais do Brasil, não gerando desenvolvimento. Depois de três anos de fraco desempenho e de um primeiro ano de recessão no Governo Lula, finalmente, em 2004, a economia brasileira voltou a apresentar crescimento substancial, e isso foi alcançado concomitantemente à adoção de políticas econômicas liberais, aprofundadas por Lula a partir da gestão anterior. Desse modo, parece estranha a confusão de parte da esquerda na interpretação desse crescimento. No Governo Fernando Henrique Cardoso, também ocorreram anos de performance relativamente elevada, como em 1995 e 2000, e esses resultados, da mesma forma, sempre foram explicados como consequência das políticas econômicas tomadas e como o início de novas eras de desenvolvimento sustentável.

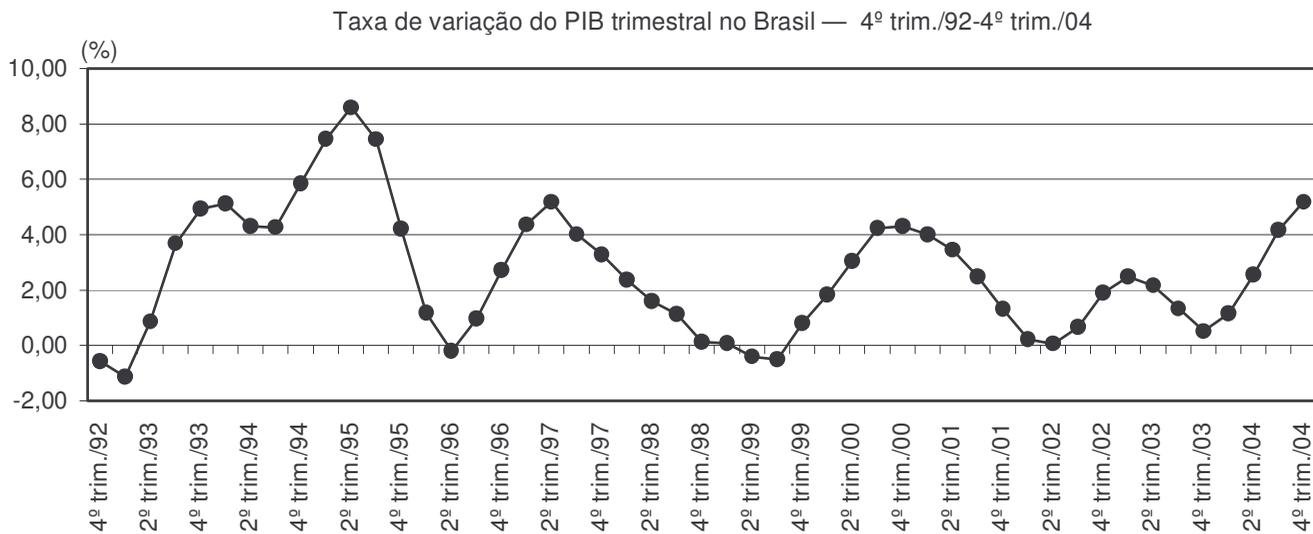
Tendo essa polêmica em vista e partindo da análise sobre o desempenho da economia em 2003 e 2004, o objetivo deste artigo é caracterizar e criticar a política econômica do Governo Lula, discutindo-se também problemas estruturais relacionados à participação do Estado na economia enquanto investidor e planejador. Além disso, analisam-se alternativas de políticas econômicas e, nas conclusões, busca-se entender os motivos que levaram o Governo Lula às opções adotadas.

2 - A economia em 2003 e 2004

Depois de vários anos de dificuldades econômicas e sociais e de uma grande expectativa de melhorias gerada pela eleição do novo governo, a recessão de 2003, provocada por uma política econômica ortodoxa, gerou uma grande decepção. Em 2004, entretanto, ocorreu uma forte recuperação, tendo o PIB se elevado 5,2%, com alto crescimento da indústria de transformação (7,7%), do comércio (7,9%), da construção civil (5,7%) e com a continuidade do bom desempenho da agropecuária (5,3%). Os investimentos cresceram 10,9%, e o consumo das famílias, 4,3%. O setor externo teve um excepcional resultado, com as exportações e as importações de bens e serviços aumentando 17,9% e 14,3% respectivamente.

O PIB tem apresentado, nos últimos anos, comportamento em forma de “vôo de galinha” (Gráfico 1). Choques exógenos têm sido apresentados como causadores desse desempenho. Os governos dos últimos 10 anos não têm admitido a possibilidade de que as políticas econômicas internas possam ter sido a causa desse processo, inclusive por terem aumentado a vulnerabilidade externa. A recuperação econômica de 2004 está sendo interpretada pelo Governo Lula como conseqüência de suas políticas de ajuste e como crescimento sustentável e de longo prazo. No entanto, anos de recessão e um ótimo ambiente externo permitiram a retomada. A vulnerabilidade externa e a falta de controle sobre capitais especulativos, as políticas monetária e fiscal ortodoxas, o baixo patamar da taxa de investimentos, problemas de infra-estrutura e a inexistência de uma ação planejadora do Estado sobre o longo prazo, porém, colocam dúvidas sobre a possibilidade de manutenção do alto crescimento.

Gráfico 1



FONTE: IBGE. Contas nacionais trimestrais: 1992/2004. Rio de Janeiro:IBGE, 2005. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br> Acesso em: fev. 2005.

NOTA: 1. Os dados têm como base os últimos quatro trimestres em relação aos quatro trimestres anteriores.
2. Volume com ajuste sazonal.

O desemprego, depois de uma elevação em 2003, reduziu-se substancialmente em 2004, fruto da recuperação econômica, apesar de ainda estar em patamares elevados, próximos de 10,0% (Gráfico 2). A trajetória dos rendimentos médios reais recebidos foi substancialmente pior em 2003 e 2004, comparativamente a 2002, conforme o Gráfico 3. Chama atenção o fato de que, mesmo com a retomada econômica, os rendimentos não tenham se elevado em 2004. Com isso, a massa salarial cresceu apenas 1,5% nesse ano (IBGE, 2005a). Esse processo é resultado de uma taxa de desemprego que continua alta, de um grande excedente de mão-de-obra e de uma fraca elevação da produtividade.

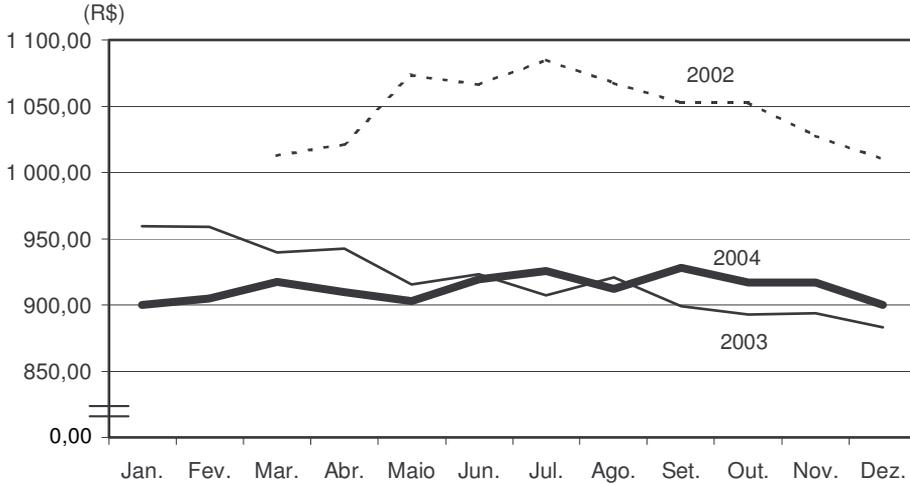
Gráfico 2



FONTE: IBGE. Pesquisa mensal de emprego: 2002/2004. Rio de Janeiro: IBGE, 2005.
Disponível em: <http://www.ibge.gov.br>

Gráfico 3

Rendimento médio real habitualmente recebido por
pessoas ocupadas no Brasil — 2002-04



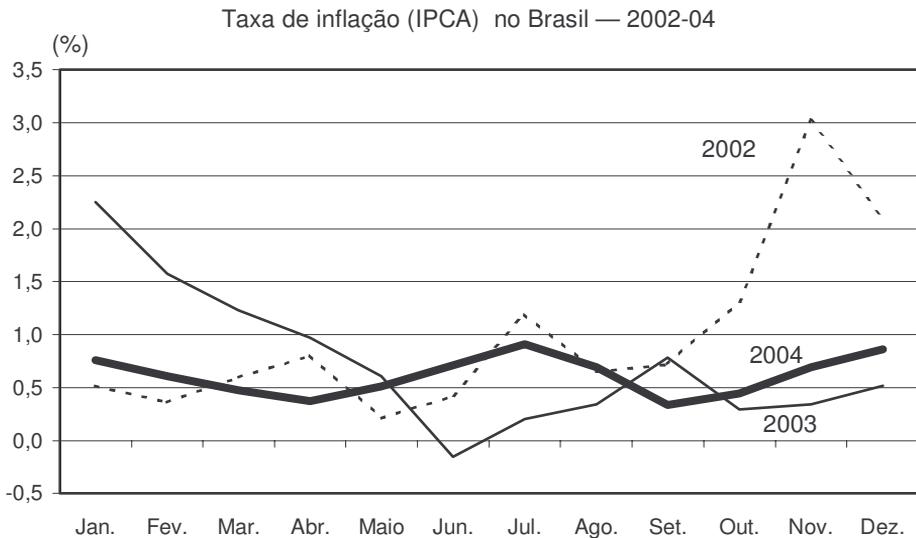
FONTE: IBGE. Pesquisa mensal de emprego: 2002/2004. Rio de Janeiro: IBGE, 2005. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br>

NOTA: Em R\$ de jan./05.

O Gráfico 4 ilustra o aumento do patamar inflacionário, fortemente especulativo, depois de setembro de 2002, e o sucesso do Governo em sua contenção, recolocando a variação de preços em baixos níveis, a partir de maio de 2003. Com uma política monetária contracionista, a cotação do dólar foi reduzida, diminuindo pressões de custos (por preços de bens importados e pela indexação de preços de bens e serviços). A inflação tem se mantido entre 0,5 e 1,0% ao mês, alcançando 9,3% em 2003 e 7,6% em 2004. No entanto, o Governo possui uma meta inflacionária de 4,5% para 2005 e 2006, o que corresponde a 0,37% ao mês. Essa meta, muito rígida, justifica a manutenção de uma política monetária altamente restritiva, o que dificulta a recuperação econômica. O problema é que o patamar de inflação não consegue baixar substancialmente, devido a um importante conjunto de preços indexados, fruto de contratos mal elaborados no processo de privatizações. Desse modo, o setor produtivo carrega os custos da política monetária restritiva, enquanto a principal causa da inflação não é atingida. Essa política aparece como essencial para o Governo, porque ele parte de uma visão de que baixas taxas de inflação são determinantes para o crescimento econômico (nessa ordem causal), tendo em vista as experiências

de países com baixa inflação e alto crescimento. Essa concepção teórica determina as opções de política monetária. Tal interpretação, no entanto, é altamente questionável, podendo-se argumentar que a ordem causal oposta é que é a correta.

Gráfico 4



FONTE: IBGE. Índice de preços ao consumidor amplo: 2002/2004. Rio de Janeiro: IBGE, 2005.

Com o objetivo de alcançar credibilidade, a atual versão da teoria neoclássica apresenta como fundamento econômico-chave a relação entre a dívida pública e o PIB. Dessa forma, a política econômica de Lula foi direcionada a alcançar o objetivo de redução desse indicador. Isso seria obtido com uma política fiscal fortemente contracionista. A Tabela 1 mostra como o superávit primário foi aumentado, em 2003, para 4,25% e, em 2004, para 4,61% do PIB, superior à meta de 4,5%. Fruto dessa política e do aumento do PIB, diminuiram, proporcionalmente ao PIB, o pagamento de juros e o déficit nominal, e a dívida pública teve uma forte redução no último ano. No entanto, a taxa de juros básica mantida em patamares de 10% reais ou mais, substancialmente acima da taxa

de variação do PIB, pressiona forte e continuamente as finanças públicas. A equipe econômica do Governo Lula afirma que enfrentará o déficit não com aumentos de dívida e de carga tributária, como teria ocorrido na gestão anterior, de forma irresponsável, mas com maiores cortes de gastos. Responsabilidade fiscal tem sido uma característica dos governos do Partido dos Trabalhadores, tanto estaduais quanto municipais, tanto mais à esquerda quanto mais à direita, e não apenas do Governo Lula. A diferença está entre se esse ajuste macroeconômico é um meio para possibilitar a adoção de políticas econômicas de longo prazo ou se é um fim em si mesmo, deixando as definições sobre o longo prazo ao mercado.

Tabela 1

Desempenho das finanças públicas, em percentual do PIB, no Brasil — 2000-04

ANOS	JUROS NOMINAIS	SUPERÁVIT PRIMÁRIO	DÉFICIT NOMINAL	DÍVIDA LÍQUIDA (final de períodos)
2000	7,08	3,46	3,61	48,78
2001	7,21	3,64	3,57	52,63
2002	8,47	3,89	4,58	55,50
2003	9,33	4,25	5,08	57,18
2004	7,29	4,61	2,68	51,81

FONTE: BANCO CENTRAL DO BRASIL. **Informações econômico financeiras**: séries temporais. Brasília: BCB, 2005. Disponível em: <http://www.bcb.gov.br> Acesso em: fev. 2005.

Para a equipe econômica de Lula, os resultados negativos de 2003 foram transitórios e superados, como consequência da gestão macroeconômica responsável e da credibilidade derivada, condição para a retomada do crescimento sustentável, em sua visão. Além disso, seriam necessárias reformas microeconômicas liberalizantes. Nesse modelo, a estabilização macroeconômica seria alcançada e, após, por consequência, juntamente com a credibilidade gerada pelas reformas estruturais, o desenvolvimento seria retomado. A estabilização e as reformas estariam a cargo do Governo, enquanto o desenvolvimento ocorreria por obra do mercado, derivado de fatores microeconômicos de longo prazo. Essa idéia, completamente estranha à esquerda, tanto marxista quanto socialdemocrata, parece predominar na equipe econômica e no núcleo dirigente do Governo.

O Governo Lula assimilou o conceito liberal de reformas e tratou de pô-lo em prática como uma agenda de longo prazo, essencial, segundo ele, para que a estabilização macroeconômica e os ganhos de credibilidade sejam consolidados. Quase todas as propostas parecem ter um cunho liberalizante, visando à redução de custos e à criação de mais flexibilidade para o mercado. Além disso, as políticas sociais também têm padrão liberal, por suas características compensatórias e focalizadas.

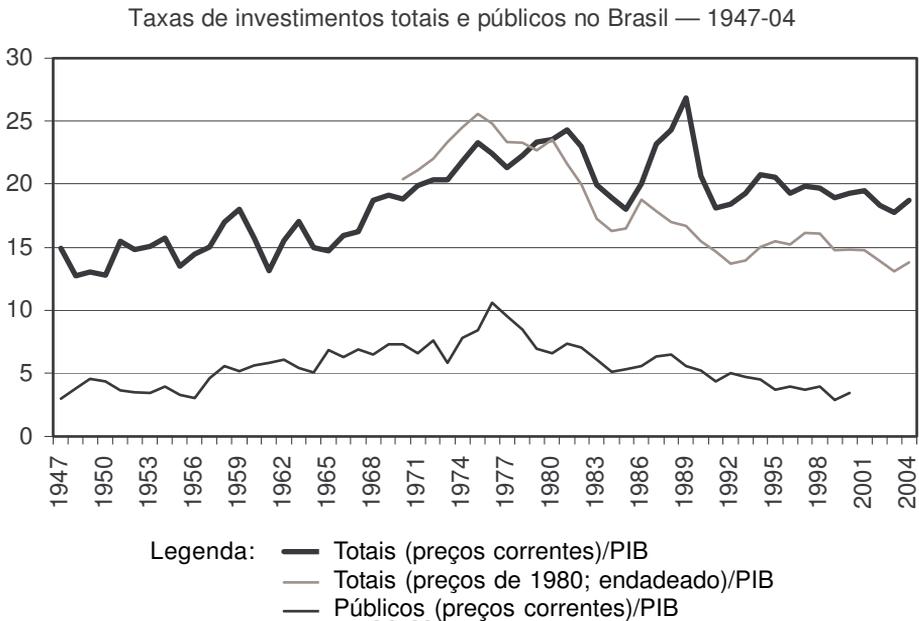
A combinação de políticas macroeconômicas herdadas do Governo Fernando Henrique Cardoso (metas de inflação, metas de superávit primário e câmbio flutuante) foi aprofundada por Lula. Essa política pode, em certas circunstâncias, apresentar resultados positivos. No entanto, a plena liberalização do movimento de capitais, ao invés de gerar mais estabilidade, mais confiança e mais crescimento, tolhe a capacidade de decisão do Governo sobre a política monetária. A resultante alta taxa de juros, entre as maiores do mundo, retrata a ineficiência de tal política econômica. A política fiscal também não possui autonomia, pois está condicionada ao alcance das metas de superávit primário. A política cambial, por outro lado, não existe, pois o câmbio e o fluxo de capitais são livres. Essas políticas tendem a gerar movimentos de *stop and go*, inibindo o crescimento sustentável, ao desestimularem investimentos produtivos.

As políticas de desenvolvimento, por outro lado, aparecem como promessas em documentos (Brasil, 2003), ou em ações específicas, mas em contradição com as políticas macroeconômicas. As idéias predominantes apontam para o consenso liberal de que o desenvolvimento é determinado pelo mercado, de acordo com condições microeconômicas, mas somente após a consecução do equilíbrio macroeconômico.

Tendo em vista que o crescimento de 2004 foi alcançado a partir de um baixo patamar econômico e no contexto de uma conjuntura internacional altamente favorável, sua sustentabilidade torna-se muito dependente do desempenho da economia internacional, a não ser que a dinâmica interna dessa evolução adquirisse autonomia. Para isso, a trajetória da taxa de investimentos é crucial. Depois de 25 anos de um Estado em crise e de 15 anos de políticas liberais, o Estado desenvolvimentista foi destruído em sua capacidade de investimento e planejamento. O Gráfico 5 ilustra a involução das taxas de investimentos totais e públicos desde a segunda metade dos anos 70. Nesse período, os investimentos privados não conseguiram compensar a queda dos investimentos públicos, que voltaram aos patamares dos anos 50. Para que o crescimento volte sustentavelmente a patamares necessários para a superação do subdesenvolvimento, da pobreza, do desemprego e do subemprego, a taxa de investimentos terá que crescer a patamares muito superiores aos atuais. A recuperação ocorrida em 2004 (Gráfico 5) está longe de dar garantias de

sustentabilidade ao crescimento. Tendo em vista o efeito *crowding in* dos investimentos estatais e a evolução do último quarto de século, seria necessário recuperar a capacidade de investimento estatal para que a taxa de investimentos privada e total ascendesse a maiores patamares. No Gráfico 5, o último dado para os investimentos públicos é do ano 2000, mas estes devem ter diminuído ainda mais posteriormente, pois os investimentos executados pelo Governo Federal se reduziram nada menos que 51,9% em 2003, em termos reais, comparativamente ao ano 2000, segundo dados brutos do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão (Brasil, 2005).

Gráfico 5



FONTE: IBGE. Estatísticas do Século XX. Rio de Janeiro: IBGE, 2003.

IPEA. **Ipeadata**. Rio de Janeiro: IPEA, 2005. Disponível em:
<http://www.ipeadata.gov.br> Acesso em: mar. 2005.

NOTA: Os dados de 2004 são estimativas.

3 - Alternativas de políticas

Existem, fundamentalmente, três alternativas de políticas econômicas. A primeira, predominante no Governo Lula, é o aprofundamento ou o aperfeiçoamento do modelo liberal já existente. As políticas macroeconômicas ortodoxas e as reformas estruturais visam alcançar credibilidade junto aos mercados internacionais, produzindo estabilidade como condição para o desenvolvimento. Essa estabilidade seria medida pela baixa inflação e pela redução do déficit público e da relação dívida/PIB. O desenvolvimento seria, basicamente, uma reação do mercado a essas condições, impulsionado por reformas microeconômicas. Não está claro como, com essa política, para o Governo Lula, ocorreria distribuição de renda.

A segunda alternativa é a keynesiana, com a recuperação da capacidade do Estado de gerenciar políticas de demanda expansionistas. Para isso ser possível, devem ser adotados controles sobre os fluxos internacionais de capitais voláteis. O objetivo é restringir a liberdade que os detentores de riqueza líquida possuem para vetar políticas que não os beneficiem sempre e imediatamente, com a simples ameaça de fuga de capitais (Carvalho, 2003b). A crítica que se apresenta aqui é a de que, apesar de essa ser uma condição necessária, não é suficiente para promover o desenvolvimento sustentável e com distribuição de renda. A redução das taxas de juros e do superávit fiscal primário aumentaria a demanda agregada, e a experiência brasileira mostra que, felizmente, ela tende a ser rápida e forte. O problema é que, assim como a oferta não gera automaticamente sua demanda, um aumento de demanda não produz necessariamente uma oferta compatível, principalmente depois de uma primeira fase de recuperação cíclica. Portanto, a alternativa keynesiana estrita, elaborada para problemas de curto prazo em realidades de países desenvolvidos, não é solução isoladamente, devendo ser acompanhada de uma política de oferta agregada.

Existem duas visões básicas sobre como alcançar maior dinamismo na oferta agregada. A liberal entende que devem ser executadas reformas estruturais para liberalizar o mercado e estimular a iniciativa empresarial. A outra visão parte da idéia de que países não desenvolvidos necessitam não apenas de políticas de demanda efetiva, mas também de políticas de desenvolvimento. Ou seja, para garantir um desenvolvimento sustentável, permitindo políticas de inclusão social e de desconcentração de renda, com o aumento da taxa de investimento, parte-se da constatação empírica e histórica de que o mercado, isoladamente, não gera essa condição. As principais medidas deveriam ser, concomitantemente, a retomada do planejamento econômico, a recuperação

dos investimentos estatais, a diminuição da vulnerabilidade externa, com políticas comerciais e de fluxos de capitais, e a mudança da política macroeconômica de curto prazo.

A estabilização e o crescimento, portanto, deveriam ser construídos paralelamente. Promover um plano de desenvolvimento de forma negociada não é apenas uma opção dos governos, devendo ser entendido como parte das suas funções prioritárias. Um acordo nesse sentido permitiria uma transição dos modelos de (não) desenvolvimento e de atuação estatal atuais, superando-os. Nessa transição, as políticas de curto prazo deveriam ser postas a serviço das políticas de desenvolvimento, compatibilizando-as, começando pela imposição de restrições ao livre fluxo de capitais especulativos. A definição de outra agenda econômica também mudaria a pauta de discussão pública, passando-se a debater metas para o desenvolvimento, o emprego, a produção de energia, etc. Ao mesmo tempo, o Ministério da Fazenda e o Banco Central deveriam ser postos em seu devido lugar, ou seja, na retaguarda, criando condições para o desenvolvimento. Com isso, o Governo ganharia credibilidade (não no conceito neoclássico obviamente), com a percepção de que existem objetivos coerentes de curto e longo prazos, de que o Governo tem projeto e é capaz de decidir — não sendo simplesmente um refém do mercado —, ao mesmo tempo em que aprofunda a democracia, incorporando a sociedade — incluindo os empresários — a um projeto hegemônico. Essas políticas permitiriam uma efetiva estabilidade de preços, facilitando uma solução para os constrangimentos externos e o déficit público ao longo do tempo.

O Estado, no caso brasileiro atual, com suas dificuldades econômicas e suas políticas restritivas derivadas dessa situação, impõe grandes limites ao desenvolvimento. No entanto, essa constatação não leva a uma conclusão liberal de necessidade de redução do papel do Estado. A relativamente alta carga tributária tende a levar também a essa conclusão. Porém o que se tem hoje no Brasil é um Estado mínimo em termos de capacidade e iniciativa de gerar desenvolvimento. O que é necessário é um Estado adequado nesse sentido, com mais investimentos, mais eficiência, mais planejamento e, fundamentalmente, mais democracia.

Ao contrário do que se esperava do Governo Lula, a recuperação do instrumento de planejamento econômico não ocorreu, e o que se tem é o predomínio quase absoluto da visão liberal do Ministério da Fazenda e do Banco Central. O Ministério do Planejamento, nesse governo, é um órgão fraco, que não determina políticas econômicas. O Ministério da Fazenda trata inclusive das questões de longo prazo, com metas para vários anos, e das estratégias de política social, como ilustram seus documentos. O fato de o Ministério do Planejamento ser comandado por um ministro interino por muitos meses, desde

novembro de 2004, é revelador do grau de desimportância desse órgão para o atual governo.

4 - Conclusões

Uma economia eficiente é aquela na qual o *trade-off* entre estabilidade e crescimento é superado, na qual os dois são alcançados e ocorrem concomitantemente. A política econômica dos últimos 10 anos foi ineficaz nesse sentido. A idéia de alcançar, em primeiro lugar, a estabilidade, com uma política que busca inicialmente credibilidade, para, somente após, ser alcançado o crescimento via mercado, além de ser uma interpretação liberal (e, portanto, contraditória com o que se esperava do Governo Lula), é ilusória, tendo em vista a realidade de uma economia capitalista intrinsecamente instável. Portanto, essa busca de estabilidade pode ser entendida como um “Pesadelo de Sísifo” ou, como já afirmou Fernando Henrique Cardoso (2004), após sair da Presidência, como uma forma de ficar “Esperando Godot”.

Depois de já haver passado mais da metade do mandato de Lula, não pode haver dúvidas sobre quem decide a política econômica e sobre qual é, definitivamente, essa política. As oportunidades iniciais foram perdidas, e a convicção é absoluta. Dessa forma, as políticas de desenvolvimento são pouco mais que *marketing*, assim como as posições políticas de esquerda. O pragmatismo tomou o lugar do marxismo ou de outras convicções abandonadas. Ao contrário do que muitos pensavam, a direita do PT, os chamados “moderados”, não são socialdemocratas, mas, sim, liberais. Além disso, a idéia de que amplos acordos políticos são necessários para garantir governabilidade, promovendo alianças com o centro e até com a direita, produzindo o inusitado resultado de um governo “de esquerda” quase sem oposição ideológica, tem um custo altíssimo, ou seja, abrir mão de um programa de mudanças. A direita petista, que domina com mão-de-ferro o Governo e o Partido, não sente esse resultado como algo negativo, porque não faz isso para garantir governabilidade efetivamente, mas por convicção ideológica. Em termos de política econômica, o que se apresenta como cautela tática é, enfim, escolha estratégica.

Uma alternativa à política econômica liberal de Lula não geraria o “caos”, e também não são necessárias medidas como rompimentos unilaterais radicais. No entanto, são necessárias ousadia e criatividade. A idéia de que não existe alternativa (o pensamento único, contraditoriamente expresso por pessoas de “esquerda”) e a identificação entre administração responsável e políticas econômicas liberais (ditas racionais, *versus*, portanto, as propostas de

economistas irracionais e irresponsáveis, que propõem políticas que produziram o caos, indistintamente!) revelam o autoritarismo do núcleo dirigente do Governo. Aparentemente, como não havia clareza sobre o que fazer exatamente, o medo de errar provocou insegurança e inércia. As novas convicções ideológicas, porém, talvez expliquem melhor as opções econômicas. A proposta do Ministro da Fazenda, Antônio Palocci, no sentido de que os agentes econômicos esqueçam o tema macroeconômico — que deveria ser resolvido por técnicos — e se concentrem na microeconomia, é um dos exemplos mais claros do radicalismo liberal na gestão econômica. A relativa facilidade com que o núcleo dirigente do Governo tem controlado o PT, mesmo executando políticas contrárias às propostas em 25 anos, revela também que talvez esse partido não tenha muita clareza sobre o que recomendar alternativamente, além de senso burocrático de sobrevivência e degeneração intelectual.

Ao contrário de a macroeconomia ser deixada para tecnocratas liberais e de o desenvolvimento ser confiado ao mercado, os dois devem ser geridos pelo Estado, de acordo com uma visão estratégica que os unifique. A política macroeconômica deve ter como principal objetivo viabilizar e compatibilizar a implementação de um plano de desenvolvimento, definido democraticamente, a partir da iniciativa do Estado. O maior problema da política econômica do Governo Lula é justamente a ausência de uma estratégia de longo prazo que lhe desse rumo e que permitisse a adoção de políticas de curto prazo compatíveis. É claro que isso não é fácil de ser construído e executado. Uma melhor compreensão sobre a história econômica brasileira e sobre as atuais experiências bem-sucedidas de países em desenvolvimento, juntamente com posições teóricas antiliberais, além de postura de estadista criativo e sem medo de ousar ajudariam muito. Não é isso o que existe no atual governo, infelizmente.

Referências

BANCO CENTRAL DO BRASIL. **Informações econômico financeiras**: séries temporais. Brasília: BCB, 2005. Disponível em: <http://www.bcb.gov.br> Acesso em: fev. 2005.

BIASOTO JUNIOR, Geraldo. Conceitos insólitos, desestruturação do padrão de financiamento e o engodo do superávit anticíclico. **Política Econômica em Foco**, n. 2, supl. 4, set./dez. 2003. Campinas: IE/UNICAMP, 2004.

BRASIL. Ministério da Fazenda. **Política econômica e reformas estruturais**. Brasília: Ministério da Fazenda, 2003a.

BRASIL. Ministério da Fazenda. **Gasto social do governo central: 2001 e 2002**. Brasília, Secretaria de Política Econômica, 2003b.

BRASIL. Ministério da Fazenda. **Reformas microeconômicas e crescimento de longo prazo**. Brasília, Secretaria de Política Econômica, 2004.

BRASIL. Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão. **Plano Brasil de Todos: participação e inclusão**. Brasília: Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, 2003.

BRASIL. Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão. **Relatório de programas por órgão**. Brasília: Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, 2005. Disponível em: <http://www.planejamento.gov.br/> Acesso em: mar. 2005.

CARDOSO, Fernando H. Olhar à frente. **Zero Hora**, Porto Alegre, p. 16, 1. fev. 2004.

CARNEIRO, Ricardo. O dissenso da política econômica. **COFECON Notícias**. Brasília, p. 12, v. 7, n. 26, p. 12, 2005.

CARVALHO, Fernando Cardim de. Oito mitos da política macroeconômica. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 11 abr. 2003a.

CARVALHO, Fernando Cardim de. Os equívocos do Governo Lula. **Ciência Hoje**, Rio de Janeiro, SBPC, v. 34, n. 199, p. 30-35, nov. 2003b.

DATHEIN, Ricardo (2004). Governo Lula: uma alternativa de política econômica para evitar seu fracasso e atingir o desenvolvimento com estabilidade de preços. **Indicadores Econômicos FEE**, Porto Alegre, v. 31, n. 4, p. 229-258, 2004.

FARHI, Maryse (2004). Metas de inflação e erros de gestão. **Política Econômica em Foco**, Campinas: UNICAMP/IE, n. 2, supl. 1, set./dez. 2003.

IBGE. **Contas nacionais trimestrais: 1992/2004**. Rio de Janeiro: IBGE, 2005. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br> Acesso em: fev. 2005.

IBGE. **Estatísticas do Século XX**. Rio de Janeiro: IBGE, 2003.

IBGE. **Índice de preços ao consumidor amplo: 2002/2004**. Rio de Janeiro: IBGE, 2005.

IBGE. **Pesquisa mensal de emprego: 2002/2004**. Rio de Janeiro: IBGE, 2005. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br>

IBGE. **Sistema de contas nacionais: 1947/2002**. Rio de Janeiro: IBGE, 2003. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br>

IPEA. **Ipeadata**. Rio de Janeiro: IPEA, 2005. Disponível em: <http://www.ipeadata.gov.br> Acesso em: mar. 2005.

MARQUETTI, Adalmir. **A economia brasileira retomará o crescimento sustentável no Governo Lula?** Porto Alegre: Departamento de Economia/PUCRS, 2003. (Mimeo).

PAULA, João Antonio de. **A economia política da mudança**: os desafios e os equívocos do início do Governo Lula. Belo Horizonte: Autêntica, 2003.

PAULANI, Leda M. Brasil delivery: a política econômica do Governo Lula. **Revista de Economia Política**, São Paulo: Centro de Economia Política, v. 23, n. 4 92), out./dez. 2003.

PRATES, Daniela M. Superávit comercial, estagnação interna e crescimento mundial. **Política Econômica em Foco**, Campinas, UNICAMP/IE, n. 2, supl. 3, set./dez. 2003.

SADER, Emir (Coord.). **Governo Lula: decifrando o enigma**. São Paulo: Viramundo, 2004.

SALAMA, Pierre. O Brasil na encruzilhada. **Revista da Sociedade Brasileira de Economia Política**, Rio de Janeiro, SBEP, n. 12, jun. 2003.